



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 43/2025

Torna-se público que a Câmara Municipal de Jaguariúna, por meio do Departamento de Compras e Licitações, realizará Dispensa de Licitação Tradicional, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho, com foco na elaboração e acompanhamento dos programas legais (PGR – programa de gerenciamento de riscos, LTCAT – laudo técnico de condições ambientais do trabalho, PCMSO – programa de controle médico de saúde ocupacional, AET – análise ergonômica do trabalho), realização de exames médicos ocupacionais, envio dos eventos s-2220 e s-2240 ao e-social e demais obrigações legais, visando atender aproximadamente 60 servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Em anexo a este aviso encontra-se o **termo de referência** e o **modelo de proposta comercial**, para preenchimento.

Serão consideradas as propostas recebidas até as **23h59 do dia 09/02/2026** no e-mail **marcia.figueira@jaguariuna.sp.leg.br**.

Jaguariúna, 04 de fevereiro de 2026.

Assinado digitalmente por ROSANGELA MOREIRA DE SANTANA RIBEIRO, Data: 04-02-2026 09:16:47

Rosangela M. S. Ribeiro
Diretora do Departamento de Compras e Licitações





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de Serviço

UNIDADE SOLICITANTE: Diretoria Contábil Financeiro

Coordenadoria Administrativo-Financeiro

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Segurança e Medicina do Trabalho**, com foco na elaboração e acompanhamento dos programas legais (**PGR** – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, **LTCAT** – LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, **PCMSO** – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, **AET** – ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO), realização de exames médicos ocupacionais, envio dos eventos S-2220 e S-2240 ao e - Social e demais obrigações legais, visando atender aproximadamente 60 servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

- 1.1 As especificações técnicas do presente objeto constam detalhadas no ANEXO I ao final deste Termo de Referência.
- 1.2 As quantidades do presente objeto constam detalhadas no ANEXO I ao final deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A contratação de serviços de medicina do trabalho exige alguns requisitos importantes para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, além de estar em conformidade com a legislação vigente. É fundamental que o contratante esteja atento à qualificação do profissional ou empresa prestadora do serviço, bem como aos documentos necessários para a formalização do contrato e execução do serviço.
- 2.2 A contratação é necessária para cumprimento das obrigações legais estabelecidas pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (principalmente NR-01, NR-07, NR-15 e NR-17), bem como pela Lei nº 8.213/91 e pela Portaria nº 3.214/78.
- 2.3 A vigência bianual visa reduzir a onerosidade ao erário, visto que em modelos anteriores a alteração de programas exigia pagamento adicional, enquanto no modelo proposto, atualizações durante a vigência não acarretarão custo extra. Os exames ocupacionais serão contratados sob demanda, garantindo economicidade ao pagamento conforme uso real.
- 2.4 Trata-se da Contratação de empresa especializada para os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Avaliação Ergonômica do trabalho (AET), analisar e avaliar adaptação e espaço físico e as condições de trabalho como má postura, esforços repetitivos dentre outros, bem como realizar exames médicos periódicos do ASO, atendendo as normas regulamentadoras e aplicáveis, para atender as necessidades desta Casa de leis, pelo período



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

contratado, acrescentando ainda que, os **atendimentos em geral deva ser realizado no município de Jaguariúna/SP.**

- 2.5 Tendo por finalidade promover o bem-estar físico, mental e social dos servidores visando a redução de acidentes, redução de gastos, ambiente de trabalho saudável, maior produtividade, melhora na qualidade dos serviços prestados, valorização do servidor. Além disso, assegurar que a Câmara atue em conformidade com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, expedidas pela Portaria Nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e Planos de Benefícios da Previdência de acordo com a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991 do Ministério do Trabalho e Previdência. O questionário SRQ-20, ou Self-Reporting Questionnaire, é uma ferramenta de triagem desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para identificar potenciais casos de transtornos mentais comuns (TMC) em cuidados primários de saúde. Ele é um instrumento utilizado para rastreamento e não para diagnóstico.
- 2.6 A segurança e saúde dos trabalhadores é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art.7º, inciso XXII. “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;”. No Brasil, a legislação em Segurança e Saúde no Trabalho é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, alterada pela Lei Nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Em consonância com esta lei o Ministério do Trabalho editou as Normas Regulamentadoras (NR) em Segurança e Medicina do Trabalho por meio da Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978. De acordo com o “Guia de Elaboração e Revisão de Normas Regulamentadoras em Segurança e Saúde no Trabalho”, publicado pelo Ministério do Trabalho, “O conjunto das Normas Regulamentadoras retratam os múltiplos aspectos das diferentes realidades do mundo do trabalho que afetam a vida do trabalhador na execução de suas atividades laborais.
- 2.7 Vale ressaltar a recente atualização na legislação que rege a matéria com as publicações das Portarias nº 6.730, de 9 de março de 2020, PGR que “Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora Nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais”, Portaria nº 6.734, de 10 de março de 2020, que “Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Portaria nº 6.735, de 10 de março de 2020, que “Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos”, ambas da Secretaria Especial de Previdência do Trabalho. Com as mudanças, foi introduzido o conceito de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais no campo da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, resultando na evolução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de escopo mais amplo e ações mais efetivas e dinâmicas que visam a identificação dos riscos e perigos envolvidos nas atividades de cada organização na perspectiva de prevenir sua ocorrência, eliminá-los, neutralizá-los ou mitigá-los. Como também pode se observar que a Norma Regulamentadora 07 - NR 07 estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização, Questionario SRQ-20
- 2.8 Portanto, concluímos que todos os instrumentos citados estão encadeados em uma sequência lógica, cujo eixo diretor é o PGR (antes, o PPRA), a partir do qual serão identificados os riscos em toda a extensão de atuação dos órgãos municipais, subsidiando a consequente elaboração do PCMSO e demais programas. São etapas sucessivas que demandam tempo significativo para a execução de cada fase, não podendo uma se sobrepor a outra.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 2.9 Os Programas de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho visam à melhoria da qualidade de vida dos agentes públicos, o desenvolvimento de ambiente de trabalho saudável e a neutralização ou a atenuação de riscos associados às atividades profissionais desempenhadas no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna. Considerando que tal ação seja necessária e ainda a escassez de mão de obra para o setor de RH desta Casa e ainda a expertiz necessária para ser desenvolvido tal trabalho visando melhor eficiência, desenvolvimento e produtividade sendo a melhor alternativa a contratação de empresa especializada na demanda para a elaboração do PGR, LTCAT, PCMSO, AET E e ASO e demais especificações contidas neste Termo.

3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

- 3.1 O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) demanda prestação de serviços contínua, integrada e tecnicamente qualificada, tanto no que se refere à sua elaboração quanto à sua atualização e manutenção periódica, por se tratar de instrumento legalmente exigido e essencial à prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, conforme estabelecido pela legislação trabalhista e previdenciária vigente.
- De igual modo, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) requer aplicação técnica adequada e integrada ao PGR, uma vez que a execução conjunta desses programas viabiliza a implementação coordenada de ações preventivas eficazes, voltadas à preservação da saúde e da integridade física dos servidores, bem como à garantia de condições de trabalho seguras e compatíveis com os parâmetros legais.
- Ressalta-se, ainda, a imprescindibilidade da exatidão, consistência e tempestividade das informações prestadas ao sistema e-Social, tendo em vista que o descumprimento de prazos legais ou o envio de dados incorretos ou inconsistentes pode ensejar a aplicação de penalidades administrativas, multas e demais sanções previstas na legislação vigente, ocasionando prejuízos financeiros e administrativos à Administração.
- Ademais, a centralização da prestação dos serviços em um único fornecedor contribui para a uniformidade técnica, a coerência das informações e a mitigação de riscos decorrentes de interpretações divergentes da legislação trabalhista, evitando a adoção de medidas incompatíveis com as exigências legais e regulamentares, bem como a ocorrência de retrabalhos e passivos administrativos.
- Sob o aspecto econômico-financeiro, o não parcelamento do objeto contratual revelase medida mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência, do planejamento e do interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A contratação integrada dos serviços reduz custos indiretos decorrentes da fragmentação contratual, tais como a duplicidade de procedimentos administrativos, a sobreposição de atividades técnicas e o aumento da complexidade da gestão e da fiscalização contratual.
- Registre-se, ainda, que o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 determina que as contratações públicas devem assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando não apenas o menor preço, mas também os custos indiretos e os riscos associados à execução contratual. Nesse contexto, o não parcelamento do objeto mostra-se economicamente justificável, uma vez que contribui para a redução de riscos financeiros, passivos trabalhistas e sanções administrativas, especialmente aquelas relacionadas ao cumprimento das obrigações acessórias junto ao e-Social. Por fim, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o adequado planejamento da contratação deve contemplar a análise de riscos e a definição da solução mais eficiente para atendimento do interesse público, restando demonstrado que a contratação não parcelada assegura maior controle, padronização técnica, eficiência operacional e segurança jurídica na execução dos serviços.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento dos serviços de saúde e segurança do trabalho atende plenamente aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da vantajosidade da contratação, assegurando qualidade técnica, controle administrativo e plena conformidade com as exigências legais e normativas da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1 A contratação é necessária para cumprimento das obrigações legais estabelecidas pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (principalmente NR-01, NR-07, NR-15 e NR-17), bem como pela Lei nº 8.213/91 e pela Portaria nº 3.214/78.
- 4.2 A vigência bianual visa reduzir a onerosidade ao erário, visto que em modelos anteriores a alteração de programas exigia pagamento adicional. Enquanto no modelo proposto, atualizações durante a vigência não acarretarão custos extra. Os exames ocupacionais serão contratados sob demanda, garantindo economicidade ao pagamento conforme uso real. A definição de empresa no município de Jaguariúna, da uma praticidade para os servidores em ser feito os exames com mais agilidade, além de não ter que disponibilizar veículo da Câmara, ou mesmo

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação e atendimento de todos os requisitos necessários à contratação e com vistas ao atendimento da necessidade administrativa deverão ser observados os seguintes requisitos:

5.1 Amostra

- 5.1.1 Não será exigido amostra para a presente contratação

5.2 Carta de Solidariedade

- 5.2.1 Não será exigida Carta de Solidariedade para a presente contratação

5.3 Visita Técnica (não obrigatória)

- 5.3.1 As empresas interessadas **poderão** realizar visita técnica para tomarem conhecimento do ambiente, bem como dos custos envolvidos para execução do objeto, isentando o CONTRATANTE de acréscimos nos valores de eventuais custos de instalação.
- 5.3.2 A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, oportunidade na qual será emitido o competente Atestado de Visita Técnica.
- 5.3.3 A falta da visitação, não será impedimento para participar da cotação de preço, porém, não poderá posteriormente alegar desconhecimento das condições para a execução do serviço, assim resguardando a Administração de possíveis inexecuções contratuais, decorrente da falta de visita ao local.

5.4 Subcontratação



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

5.4.1 Não será admitida subcontratação deste objeto.

5.5 **Garantia Contratual**

5.5.1 Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE E CONTRATADO

6.1 **São obrigações da CONTRATANTE:**

- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.4. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.1.5. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.6. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 6.1.7. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;
- 6.1.8. Expedir a Autorização de Fornecimento de Serviços imediatamente após a assinatura do Presidente;
- 6.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente descritivo, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações e repactuações do mesmo;
- 6.1.10. Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;
- 6.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2 **São obrigações do CONTRATADO:**

- 6.2.1 A CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e proposta escrita, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 6.2.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 6.2.3 Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do processo de contratação direta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando for o caso, as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 6.2.4 Substituir, reparar ou corrigir, a suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.2.5 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 6.2.6 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.2.7 Entregar o produto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em nenhuma hipótese produto similar, remanufaturado, reciclado ou pirateado;
- 6.2.8 A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todos os dados e informações concedidas.
- 6.2.9 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 6.2.10 Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou funcionário público da Câmara Municipal de Jaguariúna;
- 6.2.11 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos e prejuízos causados de forma direta ou indireta decorrentes de culpa ou dolo decorrentes de sua execução ao CONTRATANTE ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade independente do acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE;
- 6.2.12 É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos, e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 6.2.13 Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 6.2.14 Atender rigorosamente as condições estabelecidas nas especificações técnicas contidas no descritivo.
- 6.2.15 A fabricação, o acondicionamento, o transporte e a entrega são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá obedecer às normas e padrões legais estabelecidos;
- 6.2.16 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.2.17 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte de bens adquiridos cujos componentes necessitem de destinação especial devido a sua natureza, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010.
- 6.2.18 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
 - a) Atender de imediato às solicitações do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho da Câmara Municipal de Jaguariúna quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão-de-obra for identificada como inadequada à prestação dos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

serviços;

- b) Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;
- c) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações;
- d) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

- 6.2.19 A CONTRATADA se responsabilizará civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados / funcionários, na execução do contrato.
- 6.2.20 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;
- 6.2.21 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;
- 6.2.22 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Órgão Legislativo ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Câmara Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão;
- 6.2.23 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao Órgão Legislativo que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;
- 6.2.24 Fornecer ferramentas, equipamentos, cilindros, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o Órgão Legislativo, incluindo serviços de instalação/adequação elétrica, hidráulica e de alvenaria;
- 6.2.25 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (EXEMPLO), em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;
- 6.2.26 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no respectivo conselho de classe, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executado;

7. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Da Vigência

- 7.1.1. A contratação vigorará pelo período de execução do objeto, ou seja, 24 meses, e pago em parcelas mensais no item 1 e sob demanda nos itens 2 a 11 do anexo I. Os devidos programas de acordo com o item 1 do anexo I serão executados de acordo com a tabela no Anexo I de forma única com prazo de 30 dias, e entrega para 40 dias, podendo ser efetuado manutenção sob demanda do mesmo sem custo adicional, e os itens 2 a 11 do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mesmo Anexo I serão executados sob demanda, de acordo com o serviço executado, podendo ser prorrogado nos termos dos art. 107 da Lei Nº 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

7.2 Do Local de Execução dos Serviços

7.1.2. Os serviços prestados deverão ser efetuados mediante **Autorização de Fornecimento de Serviço**, emitida por responsável competente do Setor de Compras devidamente assinada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

7.1.3. Os serviços serão executados na Câmara Municipal de Jaguariúna, situada à rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, CEP 13910-009, Jaguariúna/SP, no horário das 8h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira (dias de expediente).

7.1.4. O fornecedor não poderá formalizar o serviço sem a referida Autorização de Fornecimento.

7.1.5. Os serviços realizados em desconformidade com este Termo de Referência serão reprovados.

7.3. Do Prazo da Execução dos Serviços

7.3.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada em **até 40 dias corridos** da formalização da Autorização de Fornecimento do Serviço, obedecendo os períodos de execução do objeto conforme cronograma de execução, podendo ser prorrogado por igual período a critério da contratante.

7.4. Do Recebimento do Objeto/Serviços

7.4.1. O recebimento do objeto contratado ficará sob a responsabilidade da Comissão de Fiscalização designada através de Portaria nº 052/2025 e em conformidade com a Resolução 233/24 desta Câmara Municipal;

7.4.2. Na hipótese de os serviços/entregas não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à **CONTRATADA**, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

7.4.3. Os serviços realizados em desconformidade com este **TERMO DE REFERÊNCIA** serão reprovados;

7.4.4. Para o recebimento e aceitação do objeto, serão observadas no que couber, as disposições contidas no artigo 140, I da Lei Nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, das seguintes formas:

7.4.5. **Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme Resolução nº 233 de 21 de fevereiro de 2024;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

7.4.6. **Definitivamente**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto nos itens acima, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços;

7.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

7.4.8. A execução dos serviços deste objeto, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências da Autorização de Serviço e todas as especificações determinadas pelo **CONTRATANTE**, de acordo com as especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e **TERMO DE CONTRATO**;

7.4.9. Os serviços prestados em desacordo com o especificado no Termo de Referência serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a **CONTRATADA** será obrigada a refazê-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução;

7.4.10. A notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

7.4.11. Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à **CONTRATADA**, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

7.4.12. O **CONTRATANTE** poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;

7.4.13. O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, defesa previstas em Lei.

7.5. Do Local e das condições de atendimento de consulta/exames

7.5.1. A **CONTRATADA** deverá realizar os exames dentro do Município de Jaguariúna/SP sendo nos casos excepcionais e justificados, os exames poderão ser realizados em outro local e município sendo de responsabilidade da Contratada os custos com deslocamento dos servidores para o local designado. Os serviços de elaboração dos programas e laudos (Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e Avaliação Ergonômica do Trabalho - AET, em todos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

os departamentos da CONTRATANTE e respectivos unidades subordinadas, atendendo a um número estimado em 60 servidores.

7.5.2. As empresas interessadas em participar do processo de contratação dos serviços aqui descritos poderão realizar prévio levantamento geral das condições ambientais das instalações da CONTRATANTE, realizando visita técnica para conhecimento e elaboração de sua proposta de preços.

7.6. **Critérios de Julgamento**

7.6.1 A presente contratação se dará por preço Global, tendo em vista que somente 1 (uma) empresa poderá ser a vencedora de todos os serviços e programas mencionados no Anexo I.

7.7. **Garantia dos serviços**

7.7.1. Os serviços serão garantidos pelo **prazo mínimo de 24 (meses) meses** ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data efetiva da entrega, devendo a CONTRATADA, após a comunicação do CONTRATANTE, providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, as devidas correções.

7.8. **Demais Condições dos Serviços**

7.8.1 **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) - Item 01**

7.8.1.1. Objetivo do Serviço

- CONTRATADA deve elaborar todo o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da Câmara do Município de Jaguariúna em atendimento à NORMA REGULAMENTADORA N° 01 e demais atos legais e normativos vigentes, no qual serão identificados os perigos e avaliados os riscos ocupacionais, tendo como base as normas e metodologias aceitas nacionalmente.
- A CONTRATADA deve realizar o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) com o objetivo de sistematizar e integrar todo o processo de gerenciamento de riscos com a aplicação de políticas, procedimentos e práticas voltadas à eliminação, à redução e ao controle e o monitoramento dos riscos impostos por instalações ou atividades, para as pessoas, o patrimônio público e para o meio ambiente.
- As etapas do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) devem contemplar, evitar os riscos que possam ser originados no trabalho, e para os riscos que não puderem ser evitados, identificação dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, avaliação dos riscos indicando o nível de risco, classificação dos riscos para determinação da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

necessidade de adoção de medidas de prevenção, implementação de medidas de prevenção seguindo a hierarquia das medidas de controle, acompanhamento do controle dos riscos ocupacionais e consulta e comunicação aos trabalhadores sobre riscos e medidas de prevenção.

- Para fins de caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas, devem ser aplicadas as disposições previstas na NR-15 – Atividades e operações insalubres e NR-16 – Atividades e operações perigosas.
- O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.

7.8.1.2. Abrangência

- Os serviços do escopo do PGR devem abranger todos os departamentos da CONTRATANTE já mencionados em (1.1) deste Termo de Referência.

7.8.1.3. Planejamento e elaboração do PGR

➤ Processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais

- O processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais deve considerar o disposto nas Normas Regulamentadoras e demais exigências legais de segurança e saúde no trabalho.

➤ Levantamento preliminar de perigos

- O levantamento preliminar de perigos deve ser realizado:

- a) antes do início do funcionamento do estabelecimento ou novas instalações;
- b) para as atividades existentes; e
- c) nas mudanças e introdução de novos processos ou atividades de trabalho.

- A etapa de identificação de perigos deve incluir:

- a) descrição dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- b) identificação das fontes ou circunstâncias; e
- c) indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos.

- A identificação dos perigos deve abordar os perigos externos previsíveis relacionados ao trabalho que possam afetar a saúde e segurança no trabalho.

➤ Avaliação de riscos ocupacionais

- A CONTRATADA deve avaliar os riscos ocupacionais relativos aos perigos identificados no(s) estabelecimento(s), de forma a manter informações para adoção de medidas de prevenção.
- Para cada risco deve ser indicado o nível de risco ocupacional, determinado pela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência.

- A CONTRATADA deve selecionar as ferramentas e técnicas de avaliação de riscos que sejam adequadas ao risco ou circunstância em avaliação.
- A gradação da severidade das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta a magnitude da consequência e o número de trabalhadores possivelmente afetados.
- A magnitude deve levar em conta as consequências de ocorrência de acidentes ampliados.
- A gradação da probabilidade de ocorrência das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta:

a) os requisitos estabelecidos em Normas Regulamentadoras;

b) as medidas de prevenção implementadas;

c) as exigências da atividade de trabalho; e

d) a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na NR-09.

- Após a avaliação, os riscos ocupacionais devem ser classificados para fins de identificar a necessidade de adoção de medidas de prevenção e elaboração do Plano de Ação.
- A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:

a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;

b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;

c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;

d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;

e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

7.8.1.4. Controle dos riscos

➤ Medidas de prevenção

- A CONTRATADA deve indicar medidas de prevenção para eliminar, reduzir ou controlar os riscos sempre que:

a) exigências previstas em Normas Regulamentadoras e nos dispositivos legais determinarem;

b) a classificação dos riscos ocupacionais assim determinar, conforme subitem 6.1.4.4.5;

c) houver evidências de associação, por meio do controle médico da saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificados.

- Quando comprovada pela CONTRATADA a inviabilidade técnica da adoção de medidas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de proteção coletiva, ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, deverão ser indicadas outras medidas, obedecendo-se a seguinte hierarquia:

a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI.

- A implantação de medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informação aos trabalhadores quanto aos procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de prevenção.

➤ Planos de Ação

- A CONTRATADA deve elaborar plano de ação, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, conforme o subitem 6.1.4.4.5.
- Para as medidas de prevenção deve ser definido cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados.

➤ Inventário de Riscos Ocupacionais

- Os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos ocupacionais devem ser consolidados em um inventário de riscos ocupacionais.
- O Inventário de Riscos Ocupacionais deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;

b) caracterização das atividades;

c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;

d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17.

e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do Plano de Ação; e

f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

- O inventário de Riscos Ocupacionais deve ser mantido atualizado.
- O levantamento dos riscos deve ser realizado em campo, juntamente com as avaliações ambientais, a fim de identificar de forma qualitativa os riscos existentes em cada unidade da CONTRATANTE, com o acompanhamento do gestor da unidade ou de um outro representante designado pela CONTRATANTE.

7.8.1.5. Implementação e acompanhamento das medidas de prevenção

➤ A implementação das medidas de prevenção e respectivos ajustes devem ser registrados.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- O desempenho das medidas de prevenção deve ser acompanhado de forma planejada e contemplar:
 - a) a verificação da execução das ações planejadas;
 - b) as inspeções dos locais e equipamentos de trabalho; e
 - c) o monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.
 - As medidas de prevenção devem ser corrigidas quando os dados obtidos no acompanhamento indicarem ineficácia em seu desempenho.
- Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores
 - A CONTRATADA deve recomendar ações em saúde ocupacional dos trabalhadores integradas às demais medidas de prevenção em SST – Segurança Saúde do Trabalho, de acordo com os riscos gerados pelo trabalho.
 - O controle da saúde dos empregados deve ser um processo preventivo planejado, sistemático e continuado, de acordo com a classificação de riscos ocupacionais e nos termos da Norma Regulamentadora N° 07.
- Preparação para emergências
 - A CONTRATADA deve avaliar procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades. Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem apresentar:
 - a) os meios e recursos materiais necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e
 - b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

7.8.1.6. Documentação

- Documentação mínima do PGR:
 - a) Identificação dos Departamentos
 - b) Objetivo e apresentação do PGR;
 - c) Etapas da estrutura do PGR;
 - d) Inventário de riscos com os dados da identificação dos perigos e avaliação dos riscos ocupacionais e seus respectivos relatórios;
 - e) Plano de ação.
 - Os documentos integrantes do PGR devem ser elaborados pela CONTRATADA sob a responsabilidade da CONTRATANTE, respeitado o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados.

7.8.1.7. Equipe de trabalho

- A CONTRATADA deve dispor de equipe de trabalho com empregados que possuam formação em Segurança e Saúde do Trabalho.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- A CONTRATADA deve apresentar no ato da assinatura do contrato os comprovantes de escolaridade e experiência dos membros da equipe de trabalho, inclusive do Engenheiro de Segurança do Trabalho que será o responsável técnico pelo PGR.
- A qualificação de toda a equipe deverá ser comprovada pela apresentação dos certificados de conclusão dos cursos em instituições de ensino reconhecidas pelo Sistema Oficial, bem como dos respectivos registros no Ministério do Trabalho.
- No caso de troca dos membros da equipe ou do responsável técnico, a CONTRATADA deve apresentar previamente as documentações dos novos integrantes ou responsável técnico para aprovação da CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá também possuir registro no Conselho Regional da categoria CREA ou CAU, bem como a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

7.8.1.8. Planejamento das atividades

- A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE um cronograma de trabalho em até 15 (dias) contados a partir da assinatura do contrato, para aprovação.
- A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento e mediante fundamentação técnica, demandar correções ou ajustes no cronograma de Planejamento das atividades, devendo a CONTRATADA fazê-lo e emitir para a CONTRATANTE por meio oficial no prazo de 05 (CINCO) dias úteis.
- Os representantes da CONTRATADA que elaborarão as avaliações ambientais nas unidades da contratante deverão comparecer devidamente identificados, adequadamente vestidos e com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, conforme as particularidades de cada unidade.
- A CONTRATADA deve dispor de todos os instrumentos necessários para realizar as avaliações ambientais, DEVIDAMENTE CALIBRADOS, quando da medição em campo por laboratórios pertencentes à Rede Brasileira de Calibração (RBC), credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), juntamente com os certificados de calibração rastreáveis e com data de validade.
- Ao realizar a medição ambiental, a CONTRATADA deve garantir um número mínimo de amostragens com um percentual representativo do número total de trabalhadores e da jornada de trabalho dos trabalhadores amostrados, salvo quando da solicitação prévia e formal da CONTRATANTE.
- As unidades cujas medições quantitativas ultrapassarem os parâmetros fixados pela Norma Regulamentadora de referência, implicando na adoção de medidas de mitigação, estarão sujeitas à reavaliação periódica, que será estabelecida no Plano de Ação.
- A CONTRATADA, ao longo do processo de realização dos serviços de Segurança e Medicina do trabalho deverá abastecer à CONTRATANTE com informações trabalhistas, os eventos de SST necessários para atendimento ao eSocial s-2210 Comunicação de Acidente de Trabalho s-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador; S-2230 - Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos, de acordo com as orientações do SESMT, se houver.
- A CONTRATADA deve encaminhar para análise e aprovação na Administração da Câmara Municipal de Jaguariúna a versão digital preliminar do PGR e seus anexos em até 15 (quinze) dias após a aprovação do Planejamento de Atividades



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- A CONTRATANTE poderá demandar correções ou ajustes dos documentos emitidos, devendo a CONTRATADA fazê-lo e emitir o novo documento revisado no prazo de 10 (dez) dias corridos.
- A CONTRATADA deve encaminhar à CONTRATANTE a versão definitiva do PGR, composta pela documentação mínima do PGR, em formato digital “pdf”, atendendo aos requisitos do eSocial, no que tange às informações dos eventos de SST, conforme exigido pelos órgãos fiscalizadores, para aprovação da Administração da Câmara Municipal.
- A elaboração do PGR (até a entrega da versão definitiva) deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias (trinta) dias contados a partir da data assinatura do contrato.
- A via digital deve estar assinada eletronicamente pelo Responsável Técnico.
- Os documentos previstos nas Normas Regulamentadoras devem ser emitidos e armazenados em meio digital com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), normatizada por lei específica.
- A CONTRATADA deverá elaborar o programa no prazo informado no ANEXO I, e caso haja necessidade da CONTRATANTE, será efetuada as devidas alterações da manutenção do Programa já incluso no contrato, sem custos adicionais.

7.8.2. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) - Item 02

7.8.2.1. Objetivo do serviço

- A CONTRATADA deve elaborar os Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) das unidades da CONTRATANTE, em atendimento à Lei N° 8.213 de 24 de julho de 1991 e demais legislações previdenciárias vigentes. A elaboração do LTCAT poderá ocorrer concomitantemente à elaboração do PGR.

7.8.2.2. Abrangência

- Os serviços do escopo do LTCAT devem abranger todos os departamentos da CONTRATANTE, supracitadas no subitem 1.1 deste Termo.
- As ações do LTCAT contemplam os seguintes serviços:
 - a) Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados pela CONTRATANTE;
 - b) Identificação dos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos;
 - c) Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais;
 - d) Qualificação da Insalubridade e/ou Periculosidade (se houver), **respectivo percentual de pagamento** e enquadramento com relação à aposentadoria especial (INSS).
- A elaboração do LTCAT dar-se-á mediante cronograma de Planejamento das Atividades proposto pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, cujo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

prazo total (até a entrega definitiva dos laudos) não poderá exceder 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

7.8.2.3. Identificação dos riscos

- O LTCAT deve ser baseado na identificação dos riscos do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de cada unidade da CONTRATANTE.

7.8.2.4. Realização das Avaliações dos Riscos Ambientais

- O LTCAT fará uso das mesmas avaliações ambientais utilizadas no PGR.

7.8.2.5. Conteúdo básico dos LTCAT

- Na análise do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, deverá constar os seguintes elementos informativos básicos constitutivos, de acordo com o art. 262 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77, DE 21 DE JANEIRO DE 2015:

I- se individual ou coletivo;

II - identificação da empresa;

III - identificação do setor e da

função; IV - descrição da

atividade;

V - identificação de agente nocivo capaz de causar dano à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária;

VI - localização das possíveis fontes geradoras;

VII - via e periodicidade de exposição ao agente nocivo;

VIII - metodologia e procedimentos de avaliação do agente

nocivo; IX - descrição das medidas de controle existentes;

X - conclusão do LTCAT;

XI - assinatura e identificação do médico do trabalho ou engenheiro de segurança; e

XII data da realização da avaliação ambiental.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- O LTCAT deverá ser assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou por Médico do Trabalho junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM – Certificado Registro Médico, indicando os registros profissionais para ambos.
- A CONTRATADA deve encaminhar para análise e aprovação da Administração da Câmara Municipal a versão digital preliminar do LTCAT e seus anexos em até 20 (vinte) dias após a aprovação do Planejamento das Atividades, juntamente com o respectivo PGR de cada departamento.
- A CONTRATADA deve encaminhar a versão final do LTCAT, após aprovação da versão preliminar pela Administração da Câmara Municipal, composto pelo relatório e seus anexos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, em formato A4, encadernado e assinado pelo responsável técnico (Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho), bem como encaminhar uma cópia completa em meio digital, em formato “pdf”.
- A via digital deve estar assinada eletronicamente pelo Responsável Técnico.
- Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos e biológicos), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados e a instrumentação utilizada, identificados nos ambientes de trabalho, bem como o tempo de exposição ao risco identificado.
- Informar se a atividade gera aposentadoria especial conforme legislação do INSS.

7.8.2.6. Especificação de procedimentos para avaliações ambientais quantitativas

➤ Ruído:

- Realizar as medições de ruído em toda a jornada de trabalho de modo individual para cada trabalhador ou por Grupo Similar de Exposição (GSE) em que a avaliação qualitativa identificar a existência deste risco. Os valores dos níveis de pressão sonora a que estão expostos os trabalhadores serão aferidos por meio de dosímetro de ruído de acordo com critérios de avaliação ocupacional ao ruído estabelecidos pela FUNDACENTRO.
- Para fins de caracterização de insalubridade, especificamente no caso de ruído, deverá também ser adotado como incremento de duplicação de dose ($q=5$), consequentemente com os limites de tolerância estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 15.
- Os níveis de ruído contínuo ou intermitente devem ser medidos em decibéis (dB) com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

instrumento de nível de pressão sonora operando no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta (SLOW). As leituras devem ser feitas próximas ao ouvido do trabalhador.

➤ Calor:

- As exposições ocupacionais ao calor em ambientes fechados ou ambientes com fonte artificial de calor devem ser avaliadas em conformidade com o Anexo 3 da Norma Regulamentadora N° 15 para fins de caracterização de insalubridade.
- As atividades ocupacionais realizadas a céu aberto sem fonte artificial de calor não serão avaliadas para fins de caracterização de insalubridade de acordo com o Anexo 3 da Norma Regulamentadora N° 15.
- As avaliações quantitativas de calor realizadas em ambientes fechados ou ambientes com fonte artificial de calor e realizadas a céu aberto sem fonte artificial calor, para determinação de insalubridade e/ou para objetivos previdenciários, deverão ser realizadas com base na metodologia e procedimentos descritos na Norma de Higiene Ocupacional NHO 06 (2ª edição - 2017) da FUNDACENTRO nos seguintes aspectos:

- a) Determinação de sobrecarga térmica por meio do índice IBUTG - Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo;
- b) Equipamentos de medição e formas de montagem, posicionamento e procedimentos de uso dos mesmos nos locais avaliados;
- c) Procedimentos quanto à conduta do avaliador; e
- d) Medições e cálculos.

➤ Aerodispersóides:

- As avaliações dos aerodispersóides devem determinar a natureza, tamanho e concentração das partículas, estendendo-se a verificação da presença de Sílica Livre Cristalizada (Quartzo) objeto das prescrições dispostas no Anexo 12 da NR 15 da Portaria MTE n° 3.214/78, observados os requisitos a seguir:
- a) Critério de medição por meio de aspiração contínua.
 - b) Emprego de bomba de amostragem pessoal, que propicie a verificação com um número de amostras suficientes que possam cobrir toda a jornada de trabalho.
 - c) Registros dos dados utilizados para os cálculos da concentração da poeira respirável, necessariamente contendo as características da bomba de amostragem, a vazão empregada, a quantidade de poeira coletada, o volume total e o percentual da sílica livre cristalizada (quartzo)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

encontrada, compondo os resultados da avaliação. Necessariamente, os dados sobre a metodologia empregada devem constar nos registros da análise

d) Certificados de calibração da bomba de amostragem e referido calibrador.

➤ Produtos químicos:

- As exposições a produtos químicos devem ser avaliadas em conformidade com os Anexos 11 e 13 da Norma Regulamentadora Nº 15, do Ministério do Trabalho e Previdência, abrangendo todas as substâncias empregadas nas rotinas operacionais, evidenciando ainda os aspectos a seguir:

a) Em avaliações qualitativas do emprego de produtos químicos, os resultados da análise devem contemplar as fontes de contaminação, as matérias primas manipuladas na rotina de operação e dados dos boletins ou fichas técnicas de identificação química dos produtos.

b) Nas avaliações quantitativas procedidas através de análises de amostragem direta e leitura instantânea, devem ser realizadas pelo menos, 10 (dez) amostragens intervaladas de no mínimo 20 (vinte) minutos, coletadas na zona respiratória do trabalhador, sendo que os dados das amostragens devem incorporar-se aos resultados da análise em tabelas com a respectiva média das concentrações e o tempo de exposição despendido em todas as fases de exposição ao agente químico analisado durante a jornada de trabalho. Necessariamente, os dados sobre a metodologia e o tipo de instrumental utilizado também devem constar nos registros da análise.

c) nas amostragens contínuas e de leitura indireta os registros dos exames laboratoriais devem compor os resultados da análise.

As avaliações quantitativas que apresentarem resultados 100% acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do técnico responsável pelo laudo durante o tempo deduração da medição, sendo escolhido outro empregado para servir de apoio ao monitoramento.

d) Verificar o tempo de exposição diário dos empregados aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado.

- Cada local ou departamento avaliado terá sua conclusão independente dos demais, sendo elaborado também para cada cargo, registrando suas especificidades e características.

➤ Radiação ionizante:

- A avaliação de radiação ionizante deverá conter o Laudo de Dosimetria, emitido por órgão devidamente qualificado e laudo contendo as recomendações de redução e/ou eliminação do agente, conforme legislação vigente.

- Nas atividades ou operações onde trabalhadores possam ser expostos a radiações



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ionizantes, os limites de tolerância, os princípios, as obrigações e controles básicos para a proteção do homem e do seu meio ambiente contra possíveis efeitos indevidos causados pela radiação ionizante, são os constantes da Norma CNEN-NN-3.01: "Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica", de março de 2014, aprovada pela Resolução CNEN n.º 164/2014, ou daquela que venha a substituí-la.

➤ Vibração:

- A CONTRATADA deve recomendar medidas de prevenção e controle da exposição às vibrações mecânicas que possam afetar a segurança e a saúde dos trabalhadores, eliminando o risco ou, onde comprovadamente não houver tecnologia disponível, reduzindo-o aos menores níveis possíveis.
- No processo de eliminação ou redução dos riscos relacionados à exposição às vibrações mecânicas devem ser considerados, entre outros fatores, os esforços físicos e aspectos posturais.
- A CONTRATANTE deve comprovar, no âmbito das ações de manutenção preventiva e corretiva de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas, a adoção de medidas que visem o controle e a redução da exposição a vibrações.
- As ferramentas manuais vibratórias que produzam acelerações superiores a $2,5 \text{ m/s}^2$ nas mãos dos operadores devem informar junto às suas especificações técnicas a vibração emitida pelas mesmas, indicando as normas de ensaio que foram utilizadas para a medição.
- A CONTRATADA deve realizar avaliação preliminar da exposição às VMB e VCI, considerando os seguintes aspectos:

- a) ambientes de trabalho, processos, operações e condições de exposição;
- b) características das máquinas, veículos, ferramentas ou equipamentos de trabalho;
- c) informações fornecidas por fabricantes sobre os níveis de vibração gerados por ferramentas, veículos, máquinas ou equipamentos envolvidos na exposição, quando disponíveis;
- d) condições de uso e estado de conservação de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas, incluindo componentes ou dispositivos de isolamento e amortecimento que interfiram na exposição de operadores ou condutores;
- e) características da superfície de circulação, cargas transportadas e velocidades de operação, no caso de VCI;
- f) estimativa de tempo efetivo de exposição diária;
- g) constatação de condições específicas de trabalho que possam contribuir para o agravamento



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dos efeitos decorrentes da exposição;

h) esforços físicos e aspectos posturais;

i) dados de exposição ocupacional existentes; e

j) informações ou registros relacionados a queixas e antecedentes médicos relacionados aos trabalhadores expostos.

- Os resultados da avaliação preliminar devem subsidiar a adoção de medidas preventivas e corretivas, sem prejuízo de outras medidas previstas nas demais Normas Regulamentadoras.
- Se a avaliação preliminar não for suficiente para permitir a tomada de decisão quanto à necessidade de implantação de medidas preventivas e corretivas, deve-se proceder à avaliação quantitativa da exposição.
- A avaliação quantitativa deve ser representativa da exposição, abrangendo aspectos organizacionais e condições ambientais que envolvam o trabalhador no exercício de suas funções.
- Os procedimentos de avaliação quantitativa para VCI e VMB, a serem adotados no âmbito deste anexo, são aqueles estabelecidos nas Normas de Higiene Ocupacional – NHO, publicadas pela FUNDACENTRO.
- A avaliação da exposição ocupacional à vibração em mãos e braços deve ser feita utilizando-se sistemas de medição que permitam a obtenção da aceleração resultante de exposição normalizada (aren), parâmetro representativo da exposição diária do trabalhador.
- O nível de ação para a avaliação da exposição ocupacional diária à vibração em mãos e braços corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de $2,5\text{m/s}^2$.
- O limite de exposição ocupacional diária à vibração em mãos e braços corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 5 m/s^2 .
- As situações de exposição ocupacional superior ao nível de ação, independentemente do uso de equipamentos de proteção individual, implicam obrigatória adoção de medidas de caráter preventivo, sem prejuízo do disposto no subitem 1.5.5 da NR-01

7.8.3. Conclusão

- Bibliografia consultada, adotando o padrão estabelecido pela Associação Brasileira de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Normas Técnicas — ABNT.

- Nome e identificação profissional do responsável pela elaboração do laudo, informando CPF, PIS/PASEP, o número de registro no respectivo conselho e a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART do serviço prestado.
- A CONTRATADA deverá elaborar o programa no prazo informado no ANEXO I, e caso haja necessidade da CONTRATANTE, será efetuada as devidas alterações da manutenção do Programa já incluso no contrato, sem custos adicionais.

7.8.4. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) - Item 03

7.8.4.1. Abrangência

- O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais Normas Regulamentadoras.
- A CONTRATADA deve elaborar todo o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO da Câmara do Município de Jaguariúna especial atendimento à NORMA REGULAMENTADORA N° 07 com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização.

7.8.4.2. Planejamento e elaboração do PCMSO

- O PCMSO deve ser elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR e, a (entrega da versão definitiva) deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias (trinta) dias contados a partir da data assinatura do contrato.
- A CONTRATADA deve garantir que o PCMSO:
 - a) Descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR;
 - b) Contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados, atendendo ao determinado nos Anexos da Norma Regulamentadora N° 7;
 - c) Contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados nos exames médicos;
 - d) Seja conhecido e atendido por todos os médicos que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e) Inclua relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa.

- O PCMSO deve incluir a realização OBRIGATÓRIA dos exames médicos:

a) Exame admissional;

b) Exame periódico e complementar

c) Exame de retorno ao trabalho;

d) Exame de mudança de riscos ocupacionais;

e) Exame demissional.

f) Exame de mudança de função, readaptação ou invalidez;

- Os exames médicos de que trata o subitem 6.3.2.3 compreendem exames clínicos e exames complementares, realizados de acordo com as especificações da Norma Regulamentadora N° 07 e de outras Normas Regulamentadoras.

- Os exames citados acima que necessitarem de exames complementares deverão ser entregues no máximo 72 (setenta e duas) horas após sua execução, exceto aqueles que necessitarem de mais tempo para os seus resultados. Esses exames deverão ser executados após **ORDEM DE INÍCIO**.

- Após **ORDEM DE INÍCIO** os exames complementares laboratoriais previstos neste Termo de Referência devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/Anvisa n.º 302/2005, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos da Norma Regulamentadora N° 7 e são obrigatórios quando:

a) O levantamento preliminar do PGR indicar a necessidade de medidas de prevenção imediatas;

b) Houver exposições ocupacionais acima dos níveis de ação determinados na Norma Regulamentadora N° 09 ou se a classificação de riscos do PGR indicar.

c) O momento da coleta das amostras biológicas deve seguir o determinado nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da Norma Regulamentadora N° 07;

d) No armazenamento e no transporte das amostras, devem ser seguidos os procedimentos recomendados pelo laboratório contratado.

e) Os exames previstos nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da Norma Regulamentadora N° 07 devem ser realizados a cada seis meses, podendo ser antecipados ou postergados por até 45 (quarenta e cinco) dias, a critério do médico responsável, mediante justificativa técnica, a fim de que os exames sejam realizados em situações mais representativas da exposição do empregado ao agente.

f) Para as atividades realizadas de forma sazonal, a periodicidade dos exames constantes nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da Norma Regulamentadora N° 07 pode ser anual, desde que realizada em concomitância com o período da execução da atividade.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- A contratada indicará o médico responsável pelo PCMSO de sua confiança para avaliar todo o PCMSO e coordenará todas as atividades de acordo com a Norma Regulamentadora N° 07.

7.8.4.3. Documentação

- Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO por 20 (vinte) anos.
- O prontuário do empregado deve ser entregue ao Médico do Trabalho da CONTRATANTE para ser devidamente mantido e guardado após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante nos Anexos da Norma Regulamentadora N° 07.
- Podem ser utilizados prontuários médicos em meio eletrônico, desde que atendidas as exigências do Conselho Federal de Medicina.
- A CONTRATADA deverá elaborar o programa no prazo informado no ANEXO I, e caso haja necessidade da CONTRATANTE, será efetuada as devidas alterações da manutenção do Programa já incluso no contrato, sem custos adicionais.
- A CONTRATADA deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, e encaminhar as informações abaixo ao médico responsável pelo PCMSO:
 - a) O número de exames clínicos realizados;
 - b) O número e tipos de exames complementares realizados;
 - c) Estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
 - d) Incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;

7.8.5. **Análise Ergonômica do Trabalho – (AET) – Item 04**

- Em suma, o objetivo do laudo ergonômico é adaptar o espaço e as condições de trabalho de qualquer ambiente profissional em que os trabalhadores estejam expostos a riscos psicofisiológicos, fazendo o que estiver ao alcance para torná-lo o melhor possível
- A má postura e as lesões por esforços repetitivos podem causar diversos males ao longo do tempo.
- Além disso, a norma estabelece medidas para prevenir doenças ocupacionais, preservando sua segurança, saúde e desempenho no trabalho e, evitando as condições de trabalho que são causadores de problemas que afetam a saúde do trabalhador. Esta Norma Regulamentadora n° 17 visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- A elaboração do AET (até a entrega da versão definitiva) deve ocorrer no prazo máximo de 45 dias (quarenta e cinco) dias contados a partir da data assinatura do contrato.

7.8.6. **Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (Exames clínicos) - Item 05**

- Para cada exame clínico ocupacional realizado assim como: (admissional, demissional, periódico, mudança de risco ocupacional, retorno ao trabalho e exame de mudança de função e readaptação, invalidez ou complementar) o médico emitirá **Atestado de Saúde Ocupacional - ASO**, que deve ser comprovadamente disponibilizado ao empregado, devendo ser fornecido em meio físico ou via e-mail logo após a realização dos exames.
- O ASO deve conter no mínimo:
 - a) Razão social e CNPJ da CONTRATANTE;
 - b) Nome completo do empregado, assinatura, data de nascimento, sexo, o número de seu CPF;
 - c) Órgão ao qual o funcionário pertence (Câmara Municipal de Jaguariúna), função, telefone de contato;
 - d) A descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
 - e) Indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado;
 - f) Definição de apto ou inapto para a função do empregado;
 - g) O nome e número do registro profissional do médico responsável pelo PCMSO;
 - h) Data e número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.
 - i) O formulário antes citado deve emitir em 03 (três) vias, sendo obrigatórias as assinaturas do empregado e do médico encarregado. A distinção das vias são as seguintes:
 - 1ª via – arquivada na clínica contratada
 - 2ª via- arquivada no local de trabalho do servidor
 - 3ª via – entregue ao servidor da Câmara Municipal de Jaguariúna
 - j) Os registros clínicos devem ser mantidos por período de 20 (vinte) anos após o desligamento do empregado.
 - k) Havendo substituição do médico coordenador, os arquivos devem ser transferidos para o seu substituto.
 - l) Ao final do mês de execução dos serviços deverá constar um relatório com quantidade de atendimento, nome dos servidores consultados e o resumo dos atendimentos quanto a solicitação de exames, valores de cada um e total geral.
 - m) Ocorrendo a necessidade de exames complementares ou avaliação médicas especializadas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para definir-se a aptidão do empregado para a função, os dados desses exames devem ser registrados no “Atestado de Saúde Ocupacional ou em outro se houver em acordo com a Normas Regulamentadoras.

- n) Os exames complementares laboratoriais previstos neste Termo de Referência devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/Anvisa n.º 302/2005, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos da Norma Regulamentadora N° 7 e são obrigatórios quando:
- o) O levantamento preliminar do PGR indicar a necessidade de medidas de prevenção imediatas;
- p) Houver exposições ocupacionais acima dos níveis de ação determinados na Norma Regulamentadora N° 09 ou se a classificação de riscos do PGR indicar.
- q) O momento da coleta das amostras biológicas deve seguir o determinado nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da Norma Regulamentadora N° 07;
- r) No armazenamento e no transporte das amostras, devem ser seguidos os procedimentos recomendados pelo laboratório contratado.
- s) Os exames previstos nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da Norma Regulamentadora N° 07 devem ser realizados a cada seis meses, podendo ser antecipados ou postergados por até 45 (quarenta e cinco) dias, a critério do médico responsável, mediante justificativa técnica, a fim de que os exames sejam realizados em situações mais representativas da exposição do empregado ao agente.
- t) Para as atividades realizadas de forma sazonal, a periodicidade dos exames constantes nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da Norma Regulamentadora N° 07 pode ser anual, desde que realizada em concomitância com o período da execução da atividade.
- A contratada indicará o médico responsável pelo PCMSO da sua confiança para avaliar todo o PCMSO e coordenará todas as atividades de acordo com a Norma Regulamentadora N° 07.
 - Definição de apto ou inapto para a função do empregado;
 - O nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO;
 - Data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.
 - A aptidão para trabalho em atividades específicas, quando assim definido em Normas Regulamentadoras e seus Anexos, deve ser consignada no ASO.
 - São todos os exames realizados em laboratórios clínicos de acordo com cada risco estabelecido no PCMSO, que complementam as informações indispensáveis para decidir sobre a APTIDÃO do servidor que se submete a eles.
 - Os exames complementares (exemplos: Glicose, Eletrocardiograma, Espirometria, entre outros) deverão ser realizados nos locais especificados pela CONTRATADA. Os exames



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

complementares deverão ser entregues no máximo em 72 (setenta e duas horas) horas após sua execução, exceto aqueles que necessitem de mais tempo para os seus resultados.

7.8.6.1. Treinamentos

➤ Objetivo do Serviço

- A CONTRATADA deverá ministrar capacitação e treinamentos dos trabalhadores de acordo com as recomendações da Norma Regulamentadora N° 01 voltados às Normas Regulamentadoras aplicáveis ao perfil da CONTRATANTE.
- A capacitação e treinamentos dos trabalhadores atenderão a todos os órgãos supracitados do Município de período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- A carga horária, o prazo para sua realização e o conteúdo programático do treinamento deve atender às Normas Regulamentadoras.
- O certificado deve ser disponibilizado ao trabalhador e uma cópia arquivada na CONTRATANTE.
- Os treinamentos realizados pelo trabalhador podem ser avaliados pela CONTRATADA e convalidados ou complementados.
- Os treinamentos podem ser ministrados na modalidade de ensino a distância.
- O conteúdo prático do treinamento pode ser realizado na modalidade de ensino a distância ou semipresencial.
- A CONTRATADA deverá elaborar o programa no prazo informado no ANEXO I, e caso haja necessidade da CONTRATANTE, será efetuada as devidas alterações da manutenção do Programa já incluso no contrato, sem custos adicionais.
- Os treinamentos devem ser realizados por:
 - a) Profissionais legalmente habilitados, qualificados e com registro no competente conselho de classe;
 - b) Por instrutores com comprovada proficiência no assunto, nos quais sejam necessários, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho.
 - c) Os locais e equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

7.9. **DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO DE CONSULTAS/EXAMES**

7.9.1. A CONTRATADA deverá realizar os exames dentro do Município de Jaguariúna/SP sendo nos casos excepcionais e justificados, os exames poderão ser realizados em outro local e município sendo de responsabilidade da CONTRATADA os custos com deslocamento dos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

servidores para o local designado. Os serviços de elaboração dos programas e laudos (Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e Avaliação Ergonômica do Trabalho - AET, em todos os departamentos da CONTRATANTE e respectivas unidades subordinadas, atendendo a um número estimado em 60 servidores.

7.9.2. As empresas interessadas em participar do processo de contratação dos serviços aqui descritos poderão realizar prévio levantamento geral das condições ambientais das instalações da CONTRATANTE, realizando visita técnica para conhecimento e elaboração de sua proposta de preços.

7.9.3. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato, para indicar clínica na cidade de Jaguariúna, com equipamentos e mobiliários adequados para atender todos os exames estabelecidos no PCMSO, a qual deverá funcionar de 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira), no horário de 09h a 17h.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. Este Poder Legislativo encaminhará o presente **TERMO DE CONTRATO** a seu **CONTROLE INTERNO** bem como arquivo XML ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, através do AUDESP FASE IV, para apreciação e ainda disponibilizado no PNCP para legalidade e condição de eficácia;
- 8.2. O **CONTRATANTE**, por meio de funcionário designado através de portaria, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao **CONTRATANTE** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência no termo de Contrato bem como demais documentos integrantes da contratação;
- 8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) bem como pela Resolução nº 233/2024 da Câmara Municipal de Jaguariúna.
- 8.4. No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições;
- 8.5. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica;
- 8.6. Fica nomeado **Fiscal ou Comissão de Fiscalização** do presente termo, através de Portaria nº 82/2025, servidor desta Casa de Leis;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 8.7. Fica nomeado como **Gestor** do presente termo através de Portaria nº 101/2021, servidor desta Casa de Leis;
- 8.8. A **fiscalização** será realizada de forma remota, em conformidade com a natureza da prestação dos serviços;
- 8.9. O fiscal terá acesso a todas as áreas e informações necessárias para avaliar o desempenho da **CONTRATADA**;
- 8.10. Qualquer desconformidade ou descumprimento contratual será registrado em relatório pelo fiscal, e a **CONTRATADA** será notificada para correção imediata das irregularidades;
- 8.11. A fiscalização será realizada mensalmente, conforme recebimento das medições do contrato.

9. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 **Da Condição de Pagamento**

- 9.1.1. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Nota Fiscal e consequente aceite, devendo estas serem emitidas após a realização de cada serviço;
- 9.1.2. Os preços apresentados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas, os quais serão considerados como finais e irreajustáveis pelo período de 12 meses, tendo em vista que após esse período poderá ser reajustado pelo índice de IPCA;
- 9.1.3. Para o devido pagamento, o fornecedor **deve obrigatoriamente possuir conta no Banco do Brasil ou gerar boleto bancário**;
- 9.1.4. Ao ser emitida a nota fiscal referente ao objeto, a mesma deverá ser encaminhada ao Fiscal, através dos e-mails que será informado após a assinatura do contrato;
- 9.1.5. Havendo rejeição da NF ou boleto, no todo ou em parte, a **CONTRATADA** deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;
- 9.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida;
- 9.1.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão **CONTRATANTE** atestar a execução do objeto do contrato;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9.1.8. Deverão estar incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços;

9.1.9. Devido ao encerramento do exercício financeiro, a nota fiscal referente ao serviço prestado em novembro deverá ser encaminhada **impreterivelmente até o dia 06 de dezembro de 2025**.

9.2. Da Retenção do Imposto

9.2.1 A **CONTRATADA** submeter-se-á para fins de **retenção de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte**, com exceção das optantes pelo Simples Nacional e as pessoas jurídicas amparadas por isenção; imunidade; não incidência ou alíquota zero de imposto de renda, as empresas enquadradas legalmente em incidência obrigatória previstas no anexo I da IN 1.234/2021 coluna 02 – IR das alíquotas, em consonância com a IN 2145/2023 e o disposto no Decreto Municipal 4.578/2023.

9.2.2 As retenções serão realizadas para fins de IRRF excluindo-se as CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, em conformidade com as disposições do item anterior;

9.2.3 A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3. Do reajuste e revisão do preço

9.3.1 O valor de contrato poderá ser **REAJUSTADO** após o decurso de 12 meses, mediante aplicação do índice de correção IPCA.

9.3.2 Poderão ainda ser revistos, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas art. 124, da Lei nº. 14.133/21.

9.4 Validade da Proposta de Preço

9.4.1. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contados a partir do último dia previsto para o recebimento da apresentação do preço ofertado;

9.4.2. Os preços deverão ser apresentados por valor unitário e valor total em conformidade com o modelo de proposta comercial.

10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

10.1. Para a presente contratação, deverá o fornecedor comprovar:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

10.1.1. **Habilitação Jurídica:** deverá o contratado comprovar os seguintes requisitos, conforme o caso:

- I - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- III - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- V - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VI - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.1.2. **Qualificação Técnica:** A complexidade e o nível de detalhamento técnico fazem necessária a contratação de empresa especializada, com capacidade técnica e operacional, para garantir a entrega do objeto, de acordo com suas características e peculiaridades, relativas ao ambiente de atuação, sob perspectivas de atividades de negócio, solução sistêmica e de tecnologia aplicada. A empresa **CONTRATADA** deverá ter os seguintes requisitos:

- 10.1.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento de pelo menos 50% do objeto, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições de serviço, conforme especificado no OBJETO;

10.1.2.2. Do(s) atestado(s) deverão constar razão social e CNPJ da licitante;

10.1.2.3. Os atestados ou certidões poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes.

10.1.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança, ou em qualquer outra ação.

10.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

10.1.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS - CRF, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.1.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT;

10.1.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#);

10.1.3.7. **Qualificação econômico-financeira:** De acordo com Lei Federal nº 14.133/21 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, não será exigido “Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial”, permitindo as participações de empresas que demonstrem viabilidade econômica para prestar os serviços compatíveis com as exigências legais e regulamentares. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

11. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 11.1. Poderão participar da presente contratação todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos por este Termo de Referência.
- 11.2. Será permitida a participação das empresas que tenham suas unidades em um raio de 10 KM do município de Jaguariúna, devendo realizar os serviços dentro do município de Jaguariúna, sendo que nos casos excepcionais e justificados, poderão ser realizados em outro local e município, sendo de responsabilidade da contratada os ônus adicionais. para que seja viável economicamente a prestação de serviços.
- 11.3. Não poderão participar da presente contratação pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente impedido, ou suspenso com o Município de Jaguariúna/SP, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, ou que esteja direta ou indiretamente nas condições previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou, ainda:
- 11.3.1. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 11.3.2. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inc. V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- 11.3.3. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos. IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do art. 74, incisos. IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

12. ESTIMATIVA DO PREÇO

- 12.1. O valor ESTIMADO presente contratação é de:
- 12.1.1. UNITÁRIO está presente no Anexo I desta TR e no DFD.
- 12.1.2. GLOBAL R\$ 38.712,00 (trinta e oito mil e setecentos e doze reais).
- 12.2. Esta é uma expectativa de preço de acordo com orçamento encaminhado.
- 12.3. A presente estimativa poderá sofrer alterações em conformidade com o disposto nas DISPOSIÇÕES GERAIS ao final deste TR.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 12.4. A estimativa de preços para o novo contrato é maior, frente a contratação ser por um período de 24 (vinte e quatro) meses, ao invés de 12 (doze) meses, ao qual era feito por essa Casa de Leis.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - Multa**:
 - moratória** de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;
 - O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

(2) **compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#))
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#))
- 13.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.3.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846/2013](#) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133/2021](#)).

- 13.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133/2021](#))
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. A presente contratação será custeada com recursos do Tesouro conforme abaixo:

Ficha 10 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação Orçamentária: 01.51.02.01.031.0001.2001.3.3.90.39

Sub-elemento: 50 - Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais.

15. HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 15.1. Para maiores esclarecimentos, os interessados podem entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, na sede da administração, no endereço mencionado no rodapé, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30 (dias úteis), pelo telefone (19) 3847-4336 ou pelo e-mail compras@jaguariuna.sp.leg.br. As dúvidas ou pedidos de esclarecimentos serão encaminhados ao responsável pela contratação.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Este Termo de Referência poderá ser alterado futuramente para garantir a correta apresentação dos dados necessários à proposta comercial, bem como para assegurar a conformidade com as condições estabelecidas pela legislação vigente.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 20 de Janeiro de 2026.

RODRIGO REIS DE SOUZA

Presidente/Vereador

Participação:

Roselene Amália Rovaris Leme

Coordenadora Administrativo-Financeiro

CPF: 120.339.648-17

Creusa Aparecida Gomes

Diretor Geral

CPF: 089.630.278-48



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

a. Documentos a serem elaborados e exames:

- 1- Os documentos/ programas (item 1, 2, 3 e 4 desse anexo) devem ser elaborados no início contratual (acordo com o prazo estabelecido no quadro abaixo), caso haja a necessidade de alteração/ manutenção dos mesmos, esse será feito pela CONTRATADA já incluso no valor total do contrato, sem demais onerosidades financeiras para a CONTRATANTE.
- 2- Os exames, as avaliações e os questionários (itens 5 ao 19 desse anexo) estão em quantitativos médios, podendo ser utilizados caso haja necessidade para maior de acordo com o que determina a Lei 14.133/2021, sendo considerados o valor unitário para custeio, esses itens será pago sob demanda.

Item	CATMAT / CATSER	Descrição Simplificada	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Elaboração de Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR) em atendimento à Norma Regulamentadora N° 1 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Previdência e demais atos legais e normativas vigentes.	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	27,00	648,00
2	Elaboração de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT em atendimento à Lei N° 8.213 de 24 julho de 1991 e demais atos legais e normativos vigentes.	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	50,00	1200,00



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

3	Elaboração de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO em atendimento à Norma Regulamentadora Nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Previdência e demais atos legais e normativos vigentes.	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	16,00	384,00
4	Laudo de Avaliação Ergonômico do Trabalho (AET) - (RN 17).	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	240,00	5760,00
5	Gestão mensal de SST e e - Social com sistema informatizado, armazenamento em nuvem, mensageira de dados, acesso online para consultas de resultados e documentação técnica.	Envio mensal de e - social	Serv.	24	150,00	3600,00
6	ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (exame clínico ocupacional).	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	2,00	240,00
7	Avaliação Clínica Ocupacional	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	42,00	5040,00
8	Avaliação da Acuidade Visual	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	18,00	2160,00
9	ECG - Eletrocardiograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	40,00	320,00
10	EEG – Eletroencefalograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	60,00	480,00
11	Avaliação Psicossocial	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	100,00	800,00



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

12	Hemograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	16	18,00	288,00
13	Glicemia	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	10,00	80,00
14	Gama-GT	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	10,00	80,00
15	Protoparasitológico de fezes	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	12,00	96,00
16	Rotina de urina	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	12,00	96,00
17	Avaliação Clínica MTB	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	80,00	640,00
18	Avaliação com Psicólogo	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	130,00	15600,00
19	Questionário SRQ - 20 (psicossocial)	Questionário em ac ordo a NR-1	Serv.	120	10,00	1200,00
TOTAL:						R\$ 38.712,00

EXECUÇÃO E TEMPO HÁBIL PARA ENTREGA

Item	CATMAT / CATSER	Descrição Simplificada	Tempo de execução	Tempo para entrega
1	Elaboração dos documentos LTCAT<PGR<PCMSO e AET + gestão mensal e envio de e-social	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho e envio mensal de e-social	30 dias corridos	40 dias corridos





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(A proposta deverá ser impressa em papel timbrado da empresa e assinada por seu representante legal, fazendo constar marca e modelo de todos os equipamentos ofertados, cujas características devem estar de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência)

À
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA – SP
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 43/2025

PROPOSTA DE PREÇO:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**, COM FOCO NA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS LEGAIS (PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, LTCAT – LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, AET – ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO), REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, ENVIO DOS EVENTOS S-2220 E S-2240 AO E-SOCIAL E DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS, VISANDO ATENDER APROXIMADAMENTE **60 SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA** PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

DADOS DO FORNECEDOR		
Razão social:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:	I.E.:	
Endereço:	Nº:	
Complemento:	Bairro:	
Município:	Estado:	CEP:
Enquadramento: <input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> EIRELI <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI		
Telefone:	E-mail:	
DADOS DO ADMINISTRADOR		
Nome:	CPF:	
Telefone:	E-mail:	
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA PROPOSTA		
Nome:	CPF:	
Cargo/Função		
Telefone:	E-mail:	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

DETALHAMENTO DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO/ CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	UN	QTDE. TOTAL SERVIDORES	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Elaboração de Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR) em atendimento à Norma Regulamentadora Nº 1 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Previdência e demais atos legais e normativas vigentes	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$	R\$
2	Elaboração de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT em atendimento à Lei Nº 8.213 de 24 julho de 1991 e demais atos legais e normativos vigentes.	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$	R\$
3	Elaboração de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO em atendimento à Norma Regulamentadora Nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Previdência e demais atos legais e normativos vigentes	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$	R\$
4	Laudo de Avaliação Ergonômico do Trabalho (AET) - (RN 17).	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	24	R\$	R\$
5	Gestão mensal de SST e e-Social com sistema informatizado, armazenamento em nuvem, mensageira de dados, acesso online para consultas de resultados e documentação técnica.	Envio mensal de e social	Serv.	24	R\$	R\$
6	ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (exame clínico ocupacional).	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$	R\$
7	Avaliação Clínica Ocupacional	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$	R\$
8	Avaliação da Acuidade Visual	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$	R\$



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

9	ECG - Eletrocardiograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
10	EEG – Eletro encefalograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
11	Avaliação Psicossocial	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
12	Hemograma	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	16	R\$	R\$
13	Glicemia	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
14	Gama-GT	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
15	Protoparasitológico de fezes	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
16	Rotina de urina	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
17	Avaliação Clínica MTB	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	08	R\$	R\$
18	Avaliação com Psicólogo	Exames clínicos de Medicina e Saúde do Trabalho	Serv.	120	R\$	R\$
19	Questionário SRQ - 20 (psicossocial)	Questionário em acordo a NR-1	Serv.	120	R\$	R\$
TOTAL						R\$
ITEM	CATMAT / CATSER	Descrição simplificada	Tempo de execução		Tempo de entrega	
1	Elaboração dos documentos LTCAT<PGR<PCMSO e AET + gestão mensal e envio de e-social	Programas de Medicina e Saúde do Trabalho e envio mensal de e-social	30 dias corridos		40 dias corridos	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

	Valor Global da Proposta:		
	Validade da proposta: 60 dias		
	Condições de pagamento: Conforme Termo de Referência		
	Valor mínimo para faturamento:		
	Prazo para entrega:		
	Dados Bancários: BANCO DO BRASIL	AG:	C/C:
	Boleto Bancário		

A formulação desta proposta atende na íntegra todo o conteúdo exigido no **Termo de Referência**.

Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

Por ser verdade, assina o presente:

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal ou Responsável pelo envio da Proposta
Cargo / RG

Dados do responsável pela assinatura:

Nome:

CPF:

Telefone:

E-mail:

Cargo/Função: